



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 310/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2149/2013 (07 volumes).

Apensos; Processos nºs 3969/2013 (02 Vols) e 3140/2012 (02 Vols)

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Maternidade Ana Braga.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Cleomirtes da Silva Sales, Diretora Geral da Maternidade Ana Braga.

6- Unidade Técnica: DICAD – Informação Conclusiva nº. 199/2014 (fls. 1334/1348).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3190/2014-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 1350/1355)

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Maternidade Ana Braga. Exercício 2012.

Contas Regulares com ressalvas. Recomendação à origem. Quitação ao responsável. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Maternidade de Referência da Zona Leste Ana Braga, exercício de 2012, sob a responsabilidade da Sra. Cleomirtes da Silva Sales, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Recomendar à origem que utilize a adesão de Ata de Registro de Preços da SEFAZ, como forma a solucionar distorções de preços e aperfeiçoe o seu planejamento de compras e serviços, sob pena de ensejar futura irregularidade nas próximas prestações de contas;

9.3- Dar quitação à Responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.4- Determinar o arquivamento do presente processo.

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de maio de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS
Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 310/2014 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral